Cheques de Alves desmentem deputado

— A CPI do Orçamento exibiu a primeira prova da ligação financeira entre os deputados João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA), acusados pelo economista José Carlos Alves dos Santos como os principais integrantes do esquema de corrupção na Comissão Mista de Orçamento, ao lado dos deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG).

A 1h30 da madrugada de sexta-feira, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), exibiu dois cheques — cada um no valor de Cr\$ 1.041.600,00 — emitidos dia 31 de março de 1991 pelo deputado João Alves nominais a Cid Carvalho. Antes de ver os cheques, Cid Carvalho negara enfaticamente ter recebido dinheiro de Alves.

— Alguma vez Vossa Excelên-

cia presenciou o deputado João Alves distribuir recursos para deputados? — perguntou Magalhães.

— Jamais — respondeu Cid Carvalho.

— Vossa Excelência jamais recebeu dinheiro do deputado João Alves?

— Claro que não — reagiu enfático.

— Pois tenho aqui nas minhas mãos as cópias de dois cheques do deputado João Alves nominais a Vossa Excelência. O primeiro deles emitido no dia 31 de março de 1991, no valor de Cr\$ 1.041.600,00, do Banco Holandês Unido, de Salvador. Vossa Excelência tem lembrança desse cheque? Porque se não foi para o senhor foi para um *fantasma* que leva o nome do senhor.

— Só me lembro que o depu-

tado João Alves foi um dia à minha casa para pagar um dinheiro que eu havia emprestado a ele — tentou esquivar-se Cid Carvalho, depois de longa pausa e com a voz embargada de nervosismo.

Visivelmente transtornado, Cid Carvalho não tinha prestado sequer atenção na informação de que Magalhães tinha em mãos dois cheques. Em seguida ao diálogo inicial, Magalhães ainda argüiu Carvalho para saber se ele não se lembrava de outro pagamento e o deputado maranhense negou. “Então ele pagou duas dívidas a Vossa Excelência. Tenho aqui outro cheque, do mesmo valor, da mesma data e do mesmo banco”, atacou Magalhães nos minutos finais do depoimento, que durou sete horas.

A cartada de Roberto Magalhães foi uma demonstração de

agilidade da CPI. Às 22h30, os deputados Benito Gama (PFL-BA) e José Dirceu (PT-SP) perceberam que o depoimento de Cid Carvalho estava se perdendo diante das evasivas. Decidiram ir até o cofre da Subsecretaria das Comissões do Senado, onde ficam guardados os documentos recebidos pela CPI, para vasculhar o lote de cheques que a subcomissão de bancos havia recebido minutos antes do Banco Central. Foi aí que encontraram os dois cheques e levaram para Roberto Magalhães, que guardou o trunfo para o final do depoimento.

Os dois cheques — que somados equivalem a aproximadamente US\$ 9.100 —, apesar de emitidos no dia 31 de março de 1991, só foram compensados no dia 3 de abril de 1991, na conta de Cid Carvalho no Sudameris, de Brasília.